



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NOVEMBRO 2021

Dezembro 2021

ÍNDICE

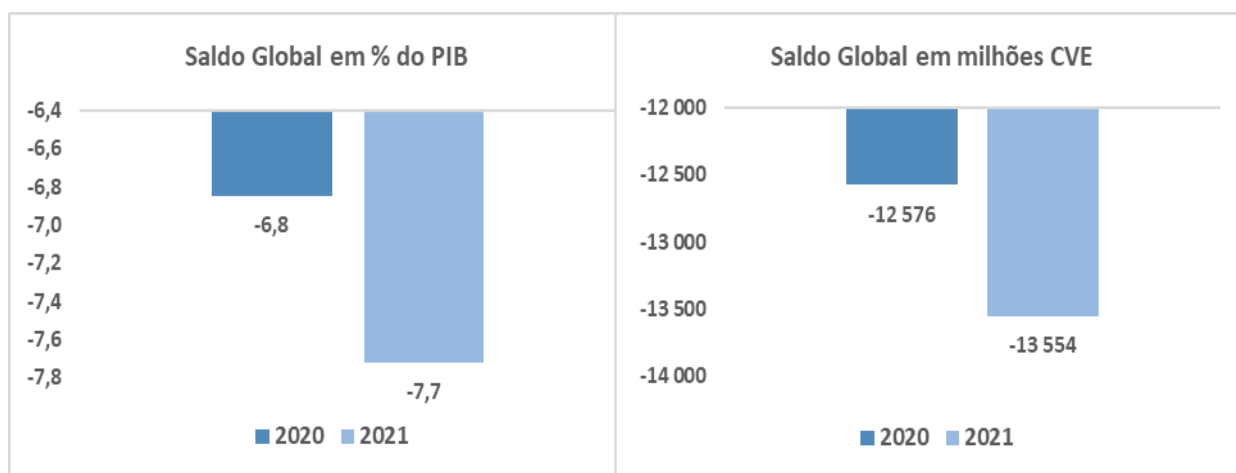
1. Síntese Geral de Execução Orçamental	2
2. Análise das Receitas Totais.....	4
2.1. Receitas (não inclui venda de ativos).....	5
2.2. Venda de Ativos Não Financeiros.....	8
3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros.....	8
3.1. Por Classificação Económica.....	8
3.1.1. Despesas	9
3.1.2. Ativos Não Financeiros.....	12
3.2. Por Tipo de Financiamento.....	12
4. Projetos em Resposta à Covid-19	13
5. Dívida Pública.....	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

A 30 de novembro de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 13.553,9 milhões de CVE, ou seja, um défice de 7,7% do PIB, projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE).¹ Esse resultado se traduziu num agravamento de 0,9 p.p. face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 4,5%, desagravando-se ligeiramente em 0,8 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas em resposta à Covid-19.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental até novembro de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 1,1% (-390,4 milhões de CVE);
- da diminuição das despesas totais em 1,3% (-559,5 milhões de CVE); e
- do aumento em ativos não financeiros líquidos em 56,6% (+1.187,3 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela compra de ativos superiores ao

¹ Considerou-se o PIB reprogramado no âmbito do Orçamento Retificativo (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 194.320 milhões de CVE.

registado no mesmo período do ano anterior (2021: 3.957 milhões de CVE; e 2020: 2.194 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2020		2021		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Nov	Orç. Ret	Nov		
1. Total Receitas	53 869	36 591	52 520	36 200	68,9	-1,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	32 922	47 270	34 787	73,6	5,7
Impostos	33 952	28 346	34 895	29 628	84,9	4,5
Segurança Social	70	54	71	65	92,1	20,7
Transferências (donativos)	8 559	3 669	5 250	1 413	26,9	-61,5
Outras Receitas	11 288	4 522	12 304	5 094	41,4	12,6
2. Total Despesas	64 974	47 068	63 473	46 469	73,2	-1,3
Despesas com Pessoal	23 648	19 249	24 480	19 318	78,9	0,4
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	7 719	12 292	7 328	59,6	-5,1
Juros Correntes	5 187	4 452	4 485	3 851	85,9	-13,5
Subsídios	891	573	1 116	801	71,8	39,7
Transferências Correntes	8 072	5 734	7 847	4 855	61,9	-15,3
Benefícios Sociais	8 046	7 314	9 179	8 407	91,6	14,9
Outras despesas correntes	3 692	1 491	4 075	1 270	31,2	-14,8
Valor a regularizar		536		640	-	19,5
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	-10 478	-10 953	-10 269	93,8	-2,0
4. Ativos não Financeiros	9 851	2 098	9 863	3 285	33,3	56,6
Compra ativos não financeiros	10 301	2 194	11 353	3 957	34,9	80,4
Venda ativos não financeiros	451	96	1 490	672	45,1	603,1
5. Global Global (1-2-4)	-20 956	-12 576	-20 816	-13 554	65,1	7,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-6,8	-11,9	-7,7	-	-
Saldo Corrente Primario	-9 976	-9 718	-7 841	-7 831	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-6,0	-5,3	-4,5	-4,5	-	-
6. Financiamento	20 956	15 293	20 816	13 050	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 569	-1 310	934	1 746	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	392	191	2 303	2 401	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-843	-2 278	-1 035	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-664	-1 049	-810	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		1 958	1 190	-	-
6.2 Passivos Financeiros	25 525	16 603	19 882	11 304	-	-
Interno líquido	5 488	6 552	5 402	4 737	-	-
Sistema bancário	5 633	4 457		3 387	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-134	-185	-129	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		3 628		25	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 651		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				395	-	-
Sistema não bancário		1 253		3 244	-	-
Externo líquido	20 037	10 051	14 481	6 567	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	13 967	17 392	10 186	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-3 916	-2 911	-3 619	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	2 717	0	-504	-	-

Fonte: MFFE

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até novembro de 2021 cifraram-se em 36.872,4 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 0,5%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Tax. hom
	Orç. Ret.	Nov	Orç. Ret.	Nov		
Impostos	33 952	28 346	34 895	29 628	84,9	4,5
Imposto único sobre rendimentos	11 558	8 698	9 271	7 746	83,6	-10,9
IR-PS	6 249	5 703	6 026	5 165,5	85,7	-9,4
IR-PC	5 309	2 995	3 244	2 580,6	79,5	-13,9
Outros impostos directos		402	570	342	60,1	-14,8
Tributo Especial Unificado - TEU		402	570	342,5	60,1	-14,8
Imposto sobre bens e serviços	15 582	13 150	16 886	13 989	82,8	6,4
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	10 825	14 010	11 549	82,4	6,7
IVA DGA	6 424	6 008	7 425	7 349	99,0	22,3
IVA DGCI	6 471	4 816	6 585	4 200	63,8	-12,8
Imposto consumo especial	1 617	1 503	1 955	1 744	89,2	16,0
Contribuição turística	513	296	248	97,1	39,2	-67,2
Taxa ecológica	557	527	674	599	88,9	13,7
Impostos sobre transações internacionais	6 240	5 874	7 471	6 943	92,9	18,2
Direitos de importação	5 966	5 605	7 154	6 650	93,0	18,6
Taxa comunitaria CEDEAO	273	269	317	293	92,4	9,2
Outros impostos	572	623	697	607	87,1	-2,6
Imposto de selo	534	594	664	581,2	87,5	-2,1
Imposto especial sobre jogos	38	30	33	26,2	79,2	-12,3
Segurança Social	70	54	71	65	92,1	20,7
Taxa social única	0	0	0	0	-	1 305,1
Contribuições para a segurança social	68	54	71	65	91,3	20,9
Outras Contribuições	1	1	0	1	-	-4,9
Transferências	8 559	3 669	5 250	1 413,0	26,9	-61,5
De Governos Estrangeiros	7 492	3 185	4 525	538,3	11,9	-83,1
Ajuda Orçamental	1 957	2 287	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	80	321	92	28,6	14,7
Donativos directos	5 230	816	3 175	446	14,1	-45,3
De Organizações Internacionais	604	92	218	474	217,6	415,2
Das Administrações Públicas	464	392	508	401	78,9	2,2
Outras Receitas	11 288	4 522	12 304	5 094	41,4	12,6
Rendimentos de propriedade	3 502	615	4 922	982	19,9	59,7
Venda de bens e serviços	6 366	3 310	6 075	3 767	62,0	13,8
Multas e outras penalidades	299	184	212	148	69,9	-19,4
Outras transferências	425	40	314	51	16,3	29,5
Outras receitas diversas e não especificadas	695	374	781	146	18,7	-61,0
Receitas	53 869	36 591	52 520	36 200,2	68,9	-1,1
Ativos e Passivos	451	96	1 490	672	45,1	603,2
Ativos não Financeiros	451	96	1 490	672	45,1	603,2
TOTAL RECEITAS	54 319	36 686	54 010	36 872	68,3	0,5

Fonte: MFFE

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até finais novembro de 2021, totalizaram o montante de 36.200,2 milhões de CVE, registando uma diminuição de 1,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-11,1%) e donativos (-61,5%). Em sentido contrário, regista-se, um aumento dos impostos indiretos (+9,6%), das outras receitas (+12,6%) e das receitas de segurança social (+20,7%), este último tem pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 11,1% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 5.165,5 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogos, de 537,0 milhões de CVE (-9,4%). A variação da arrecadação deste imposto face ao período homólogo advém das medidas de mitigação da crise na tesouraria das empresas, tais como os pagamentos em prestações e a suspensão do sistema de cobrança coerciva que determinou um atraso no pagamento. O lay-off também significa remunerações mais baixas, logo, menor arrecadação deste imposto, apesar de, neste caso, o impacto ser inferior.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.580,6 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 414,9 milhões de CVE (-13,9%) sendo a performance homóloga consequência da redução da atividade económica em 2020 face a 2019, logo, com impacto negativo no imposto sobre o lucro anual pagos nos anos seguintes.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 342,5 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução negativa de 59,4 milhões de CVE (-14,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é consequência dos fortes impactos da crise da

Covid-19 nos contribuintes, do REMPE neste caso, dos pedidos de pagamento em prestações com prazos mais alargados e do adiamento dos prazos de pagamento do imposto que se previu no OE 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 9,6% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 11.548,9 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 724,2 milhões de CVE (+6,7%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 22,3% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 12,8%. Este decréscimo na cobrança desse imposto pela DGCI deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente ao nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 97,1 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 198,5 milhões de CVE (-67,2%), traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível muito baixo de entradas de turistas do exterior, apesar dos sinais de alguma recuperação no último trimestre do ano, mediante a boa performance na taxa de vacinação para a Covid-19 e consequente abertura dos mercados emissores de turistas, permitindo alguma recuperação da arrecadação deste tributo.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 18,2% (+1.068,9 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance desses impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de

Importação em 18,6% (+1.044,3 milhões de CVE) e da Taxa Comunitária CEDEAO em 9,2% (+24,6 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de teve uma evolução ligeiramente abaixo da arrecadação no período homólogo em 2,1% (-12,4 milhões de CVE), situando-se em 581,2 milhões de CVE, essencialmente, fruto de uma atividade bancária relativamente dinâmica, apesar das moratórias bancárias decretadas.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 26,2 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 12,3% (-3,7 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que teve atividade residual no período em análise, devido à crise pandémica.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.413,0 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 61,5% (-2.255,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre da conjugação:

- da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 83,1% (-2 646,6 milhões de CVE), justificado pela não entrada das ajudas orçamentais e pelo decréscimo dos donativos diretos em face do registado em novembro de 2020;
- do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 382,1 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Project*”, no valor de 319,6 milhões de CVE; e
- do registo crescente das transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos (+8,7 milhões de CVE), com destaque para as estruturas de Saúde, em face a comparticipação do INPS na assistência médica e medicamentosa dos respetivos segurados.

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 12,6% (+571,6 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance registada nas seguintes rúbricas:

- Rendimento de Propriedade (+59,7%; +367,1 milhões de CVE) decorrente, principalmente, da entrada de dividendos (284,9 milhões de CVE) da Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR), Aeroportos e Segurança Aérea (ASA) e da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS).
- Vendas de Bens e Serviços (+13,8%; +456,7 milhões de CVE) impulsionado pelas taxas de prestação de serviços, dos serviços médico hospitalares, dos emolumentos dos registos e notariado, dos emolumentos das custas judiciais e da taxa aduaneira estatísticas, refletindo a retoma da normalidade dos serviços públicos face às restrições registadas em 2020 em resposta à pandemia da Covid-19.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 672,2 milhões de CVE, registando um aumento, em face do realizado no mesmo período de 2020 (+576,6 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios (519,3 milhões de CVE), venda de barcos (99,8 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (52,9 milhões de CVE).

3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em novembro de 2021, atingiram 50.426 milhões de CVE, registando um decréscimo de 0,6% em relação ao período homólogo de 2020.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Var. Hom.
	Orç. Ret.	Nov	Orç. Ret.	Nov		
Despesas com Pessoal	23 648	19 249	24 480	19 318	78,9	0,4
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	17 688	22 381	18 312	81,8	3,5
Segurança Social	1 943	1 562	2 098	1 005	47,9	-35,6
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	7 719	12 292	7 328	59,6	-5,1
Juros Correntes	5 187	4 452	4 485	3 851	85,9	-13,5
Dívida interna	3 337	2 922	3 343	2 994	89,6	2,5
Dívida externa	1 754	1 507	1 044	834	79,9	-44,7
Outros encargos	96	23	98	22	22,9	-4,2
Subsídios	891	573	1 116	801	71,8	39,7
Transferências Correntes	8 072	5 734	7 847	4 855	61,9	-15,3
Governos Estrangeiros	820	88	1 188	83	7,0	-6,0
Organismos Internacionais	475	176	465	65	14,0	-63,1
Administração pública	6 778	5 470	6 194	4 707	76,0	-14,0
Benefícios Sociais	8 046	7 314	9 179	8 407	91,6	14,9
Outras Despesas Correntes	3 692	1 491	4 075	1 270	31,2	-14,8
Valor a regularizar		536		640	-	19,5
Despesas	64 974	47 068	63 473	46 469	73,2	-1,3
Ativos e Passivos	10 301	3 644	11 353	3 957	34,9	8,6
Ativos não Financeiros	10 301	3 644	11 353	3 957	34,9	8,6
TOTAL DESPESAS	75 275	50 712	74 826	50 426	67,4	-0,6

Fonte: MFFE

3.1.1. Despesas

Em finais de novembro de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 46.469 milhões de CVE, registando um decréscimo de 1,3% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou da diminuição nas rubricas de aquisição de bens e serviços (-5,1%), juros da dívida (-13,5%), das transferências correntes (-15,3%) e das outras despesas correntes (-14,8%) e conjugado com o aumento nas rubricas de subsídios (+39,7%), benefícios sociais (+14,9%) e despesas com o pessoal (+0,4%) conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um ligeiro aumento na ordem dos 0,4% (+68,4 milhões de CVE) decorrente:

- i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de junho do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação; enquanto que em 2021 os impactos em causa são de 12 meses;
 - ii. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
 - iii. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça;
 - iv. do aumento do tempo médio do pagamento das contribuições à segurança social de 2021 comparativamente ao ano de 2020.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um decréscimo de 5,1% (-391,1 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado da diminuição das seguintes rubricas: “Outros bens” em 54,7% (-143,6 milhões de CVE), “Energia Elétrica” em 33,6% (-146,1 milhões de CVE), “Água” em 21,4% (-42,9 milhões de CVE), “Combustíveis e Lubrificantes” em 17,5% (-52,5 milhões de CVE), “Produtos Alimentares” em 12,5% (51,3 milhões de CVE) e “Outros Encargos da Dívida” em 100% (-0,2 milhões de CVE) decorrente das medidas de mitigação adotadas pelo Governo.
 - A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 13,5% (-601,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado da diminuição dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.
 - Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 39,7% (+227,7 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios

transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.

- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 14,9% (+1.092,8 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 9,3% (+393,2 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 13,4% (+34,5 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerário em 89,2% (+647,1 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 15,3% (-879,7 milhões de CVE) comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios na decorrência do impacto negativo da Covid-19 nas receitas consignadas do Fundo Desenvolvimento social e do Turismo e pelo Fundo do Ambiente.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 14,8% (-220,8 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro, bem como pela diminuição da necessidade de pagamentos de restituições do IVA e do IR em 151,8 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em outubro, situou-se na ordem dos 640,2 milhões de CVE referente aos adiantamentos efetuados aos Órgãos de Soberania e às Embaixadas.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 3.957 milhões de CVE, equivalente a 34,9% do total do orçamento representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 313,5 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Promoção Habitacional” com uma execução de 2.145,3 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 381,3 milhões de CVE; “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 173,0 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 109,3 milhões de CVE; e “Construção Centro Ambulatório do Hospital B. Sousa” com uma execução de 97,0 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 89,1 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 91,0% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,9% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 1.216,7 milhões de CVE, equivalente a 27,1% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 427,7 milhões de CVE e Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 137,7 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam a 3 201,1 milhões de CVE, equivalente a 71,4% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque para a “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (991,1 milhões de CVE), as

“Infraestruturas Modernas e Seguras” (671,7 milhões de CVE), a “Melhoria do Ambiente de Negócios” (665,2 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (272,4 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (201,1 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2021		Grau Exec.	Peso %
	Orç. Ret.	Nov.		
Interno	60 561	45 941	75,9	91,1
Tesouro (Rec. Int.)	59 697	45 637	76,4	99,3
OFN	864	304	35,2	0,7
Externo	14 265	4 485	31,4	8,9
Donativo	3 394	1 216,7	35,9	27,1
Empréstimo	10 561	3 201,1	30,3	71,4
Ajuda Alimentar	311	67,2	21,6	1,5
Total da Despesa	74 826	50 426	67,4	100,0

Fonte: MFFE

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até novembro de 2021, totalizaram 3.032,9 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 55,1%.

Por modalidade de financiamento, até finais de novembro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 49,1%, por empréstimo em 46,9% e por donativos em 4,0%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	371,0	120,7	4%
Empréstimo	3 117,0	1 423,6	47%
Tesouro	2 017,5	1 488,5	49%
Total Geral	5 505,6	3 032,9	100,0%

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (1.028,0 milhões de CVE);
- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (682,5 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (489,7 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (320,0 milhões de CVE);
- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (96,4 milhões de CVE); e
- “Reforço do Setor da Saúde No Combate ao Covid-19” (70,8 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	16,5	100,0
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total		16,5	16,5	100,0
07.00.03 - Segurança e ordem pública	Protecção Civil - Covid-19	82,0	19,8	24,2
07.00.03 - Segurança e ordem pública Total		82,0	19,8	24,2
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	20,4	9,8	47,9
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	40,7	38,8
	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo	839,0	682,5	81,3
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	741,9	96,4	13,0
	Projeto Digital Cabo Verde	0,0	0,0	-
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	22,1	0,8	3,4
	Transição Da Economia Informal A Formal	20,0	0,0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total		1 748,5	830,2	47,5
07.00.07 - Saúde	Preparação E Resposta A Covid-19	495,5	63,7	12,9
	Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	67,0	35,0	52,2
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,9	3,2	65,4
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	77,7	0,0	0,0
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	2,4	1,6	69,7
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,9	1,7	60,6
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	100,0
	Prevenção E Combate A Coronavírus	668,2	461,5	69,1
	Prevenção E Combate A Coronavírus	28,7	28,2	98,2
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	21,0	17,3	82,2
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	114,4	70,8	61,9
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	30,0	100,0
	Remodelação de Postos Sanitarios	7,5	5,8	76,9
	Rerforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	20,8	10,8	52,0
07.00.07 - Saúde Total		1 542,6	731,2	47,4
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	9,9	98,5
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		10,0	9,9	98,5
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	0,0	0,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	11,9	8,7	73,0
	Reforço Ao Sector Da Educação	483,2	320,0	66,2
07.00.09 - Educação Total		515,1	328,6	63,8
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendim	8,3	8,2	98,3
	Garantia De Cuidados De Dependentes	27,1	24,0	88,6
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	1 504,8	1 028,0	68,3
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	22,1	10,5	47,3
	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	28,6	26,2	91,6
07.00.10 - Protecção social Total		1 590,9	1 096,8	68,9
Total Geral		5 505,6	3 032,9	55,1

Fonte: MFFE

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 273.430,2 milhões de CVE, em 30 de novembro de 2021, cabendo à dívida interna 81.045,3 milhões de CVE (46,1% do PIB) e à dívida externa 192.384,9 milhões de CVE (109,5% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 155,7%, cerca de 3,0 p.p. acima do valor registado em novembro de 2020.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	novembro 20	novembro 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
Estoque Global	251 818,9	273 430,2	8,6	152,7	155,7
Dívida Interna	71 238,8	81 045,3	13,8	43,2	46,1
Dívida Externa	180 580,0	192 384,9	6,5	109,5	109,5

Fonte: MFFE



